

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**ARTES DE PEDAGOGIZAR CORPOS MATERNOS NOS IMPRESSOS**

Gilmária Salviano Ramos  
Mestre em História pela Universidade  
Federal de Pernambuco/UFPE.  
[gilmasalv@hotmail.com](mailto:gilmasalv@hotmail.com)

A segunda metade do século XX configura um momento no qual os cuidados que se deviam ter para com o recém-nascido tornara-se mais intenso, especialmente por parte do saber médico. Pediatras e obstetras chamavam a atenção para as influências de vários fatores maternos: medicamentos, doenças durante a gestação, amamentação, etc. Aqueles profissionais teriam se empenhado em estudar o comportamento do recém-nascido durante e, posteriormente ao parto, a fim de controlar o seu desenvolvimento físico e mental. A higiene mental implicava no aperfeiçoamento, pois consistia ao conjunto de cuidados com a “criança, em particular, e com a criatura em geral, para que cresçam e permaneçam em boas condições espirituais e psíquicas” (BASTOS, 1998:181). Esse parecia ter sido o momento no qual se tornava mais intensa a preocupação para com a infância. Dada essa suposta preocupação por parte dos médicos pediatras, percebe-se a tentativa de construir uma subjetividade atrelada mesmo a idéia de que o corpo da criança era senão a extensão do próprio corpo da mãe, e por isso um corpo sacro. “Destinada a ser companheira do homem, com a finalidade divinizada de gerar novo (sic) sêres, a mulher se assemelha por isso ao próprio Deus” (*ibid*).

No que dizia respeito ao futuro do país, o discurso sociológico/pedagógico, de acordo com o *Diário da Borborema*, propalava que a criança era percebida como sendo o futuro e a esperança da nação. Daí a necessidade de uma boa formação do caráter dos futuros rebentos especialmente no desempenho para as distintas funções que aquela sociedade lhe resguardava. Ao receber a educação abalizada desde os tenros anos de vida, a criança transformar-se-ia “num cidadão exemplar, íntegro, num cidadão cumpridor de seus deveres cívicos, em um cidadão acima de tudo imbuído de alto espírito de patriotismo” (*ibid*). Essa orientação pedagógica devia ter início no momento

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

do nascimento, o que demonstra a tentativa do saber sociológico/pedagógico em investir na “socialização das condutas de procriação”, conforme assinala Foucault (1988, p.99). Ou seja, na medida em que aqueles discursos promoviam tal orientação, delegando responsabilidades aos casais e, em especial às mães, visavam atingir não somente ao corpo materno, mas todo o âmbito social.

O presente trabalho tem por objetivo central, problematizar como os jornais, *Diário da Borborema*, da cidade de Campina Grande, e *O Norte e A União*<sup>1</sup>, da capital João Pessoa, das décadas de 1960 e 1970, investiam em formas de pedagogizar condutas e comportamentos das mães, com base nos discursos da justiça, da medicina, de jornalistas, psiquiatras, entre outros. Tal movimento torna-se também importante para se pensar e problematizar como os discursos daqueles jornais nomeavam e classificavam condutas e comportamentos femininos quando destoavam do ideal do mito do amor materno. Estigmas e estereótipos que narravam acerca de mulheres envolvidas em crimes e certos episódios e, em razão disso, eram estigmatizadas como “monstruosas”, “anormais”, “desalmadas”, “desnaturadas”; códigos lingüísticos e sócio-culturais que podem também ser observados no discurso da justiça através dos processos-crime.

As décadas de 60 e de 70 figuram um momento singular, especialmente no que tange a construção de imagens e/ou uma política de verdade acerca das personagens femininas. Tal empreendimento buscava promover, por parte dos públicos, uma ação com vista a reforçar a idéia de que as mães deviam permanecer no âmbito familiar para cuidar dos filhos, sobretudo em um momento em que os discursos do movimento feminista difundiam a possibilidade das mulheres galgarem o campo profissional. Para tanto, aquelas mães deviam ser claramente orientadas para se tornar aptas a cuidar das crianças. Uma boa educação durante a gestação figurava peça-chave para tal realização. Ao que parece, tudo se justificava por uma idéia de naturalidade e cumplicidade entre

---

<sup>1</sup> A *União* é classificado como o jornal oficial do governo do estado, é o mais antigo jornal paraibano em circulação, foi fundado em 2 de fevereiro de 1893; o jornal *O Norte* foi fundado na antiga cidade de Parahyba (atual João Pessoa) em 7 de maio de 1908; o *Diário da Borborema* foi fundado em 1957, os dois últimos são ligados aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand.

mães e filhos. Todavia, trata-se não de um sentimento materno, imanente à natureza feminina, mas de um direcionamento político/pedagógico, pois, esse direcionamento extrapolava o conceito de natural, ou, de instinto materno propalado pelo saber médico, jurídico e religioso daquele momento.

Quanto ao termo “instinto materno”, faz-se necessário precisá-lo melhor. Observa-se como o investimento de tal noção por parte daqueles saberes indicava uma responsabilidade biológico-moral. Biológica por conta da tentativa daqueles saberes “reduzir todo o sexo à sua função produtiva”, e de delimitar a maternidade como uma realidade essencialmente pré-cultural, conforme se nota nos discursos dos jornalistas daquele momento. Responsabilidade moral por conta da construção do postulado de um dever e obrigação femininos, associando-os ao objetivo de assegurar o recôndito familiar e, ao mesmo tempo colocar a figura materna em “comunicação orgânica com o corpo social” (FOUCAULT, op.cit., pp.98 e 99). No entanto, a expressão instinto materno, enquanto uma construção histórico-cultural pode ser posta a problematizações diversas, se considerarmos as contingências que o próprio sentido assume e implica mediante as práticas de aborto e infanticídios ocorridas nas décadas 1960 e 1970, no estado da Paraíba.

Nessa mesma linha, de acordo com as falas de médicos e juristas, as mães eram consideradas o baluarte daquela sociedade, responsáveis por “cumprir a missão que Deus confiou a Maria” e, em razão disso, deviam ser reverenciadas e “admiradas como a própria natureza”<sup>2</sup>. Com base nesta fala, poder observar como era construída a imagem das mulheres naquele momento, bem como era atribuída a responsabilidade da procriação, ponto fundante para o desenvolvimento da nação. Tal percepção voltava-se para interesses bem definidos, em que o investimento da responsabilidade biológica e moral implicavam definir um campo de conduta e um domínio de regras que reafirmava o ideal de mulher como protetora do lar e da família. E, apesar desse tipo de percepção ser bastante difundida pelas falas misóginas, tal preocupação no contato mães e filhos também fazia parte dos interesses de algumas figuras femininas, especialmente da área

---

<sup>2</sup> A *União*, 9 de maio de 1971, p. 1. Nº 73.

de pediatria. De acordo com um manual médico, que versava sobre incentivos e cuidados para com a amamentação materna, a médica-pediatra Vera Heloisa Pileggi Vinha (1986) [re]atualizava a idéia da relação entre mães e filhos como premissa importante para os futuros rebentos da nação. O manual chamava a atenção para aspectos como amamentação, cuidados para se evitar o desmame precoce por causas mamárias, postulados como hidratar o bebê, etc. Tudo isso se visava legitimar por meio da exposição de imagens fotográficas de mães com os filhos em posições apropriadas para o ato de amamentar, denotando um perfeito ar de familiaridade e de inocência mútuas.

A análise criteriosa e a boa vontade na prestação de informações aos pediatras consistiam em grande valia para um cuidado adequado e uma perfeita assistência ao recém-nascido. Para tanto, ainda de acordo com a autora, fazia-se necessário toda uma “técnica para orientar e estimular as Mães a amamentarem seus filhos”. “Amamentar é um dom, uma dádiva, uma bênção, o complemento natural da gestação e do parto, um dos atos mais importantes e sublimes da Maternidade” (*ibid*, pp.5 e 7). Essa idéia parece justificar-se por uma razão lógica e plausível, pois se percebe como os termos mãe e maternidade, aparecem em letra maiúscula, inferindo apreço aos nomes. Igualmente, o destino materno figurava no limiar entre o “sacrifício e a pureza”, o que sugeria a impressão de necessidade, de naturalidade, senão de uma idéia de maternidade compulsória<sup>3</sup>.

Os discursos dos jornais que buscavam pedagogizar aquelas condutas maternas podem ser problematizados a partir da idéia de se pensar que o modelo de mãe universal faz parte de um inventário de referências que buscavam investir na construção de

---

<sup>3</sup> Estou pensando esse conceito, tomando por base o pensamento de Judith Butler, em sua obra *Problemas de Gênero*. Como um conjunto de regras, preceitos e expressões, tendo em vista produzir a idéia do instinto materno, unívoco e atribuído a toda e qualquer mulher. Como se o corpo materno fosse portador de um conjunto de significados anteriores à própria cultura. Conforme essa filósofa, tal concepção consiste no “princípio metafísico insistente e idêntico a si mesmo (...). Arcaísmo de uma constituição biológica coletiva e específica do sexo (...) uma concepção unívoca do sexo feminino”. Cf. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da indenidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003:136-137.

lugares e papéis respaldados pelos saberes médico-psiquiátrico, jurídico e religioso. Esses saberes apregoavam ainda como as mulheres deviam se portar, sentir e pensar, sobretudo, frente às transformações que figuravam a época na sociedade paraibana. Tais como as maneiras de ver o corpo, com base na aquisição da pílula anticoncepcional que chegava às farmácias do estado da Paraíba em 1965, bem como os discursos acerca do chamado “amor livre”, “amor de sobra”. Transformações que teriam gerado discussões no meio social, dividindo opiniões entre os que concordavam ou não, visto que, num primeiro momento, os métodos contraceptivos teriam sido vistos como “obra de satanás” por parte das populações pobres, em razão dos efeitos eficazes para evitar a gravidez indesejada. Outras transformações como o movimento feminista teriam sido importantes, especialmente porque colocam na ordem do dia a defesa do direito ao corpo, a discriminação do aborto, o direito de escolher quantos filhos desejavam ter, entre outros indicativos.

## **DELINEANDO PRÁTICAS SOCIAIS E CULTURAIS NO TERRENO MATERNO**

Na chama dançante de amores escondidos e práticas publicizadas, as supostas infanticidas, classificadas talvez como rebeldes em potencial, tinham seus nomes devassados nos jornais, quando estes buscavam por meio de testemunhos chegarem até aos possíveis amantes das mulheres, ou, nas próprias palavras do jornal *Diário da Borborema*, aos seus “amores proibidos”. Ao que tudo indica, a vida das mulheres tornava-se uma novela, uma verdadeira trama, especialmente se as envolvidas nos episódios de infanticídios fizessem parte de um círculo de conhecimento extenso, ou, diga-se de passagem, quando elas eram populares.

Fatos como esses são perceptíveis através de notícias como a relatada a seguir. O jornal narra que corria o ano de 1962, e que a “desnaturada mãe era bastante conhecida da população”, mas que assim que “concebeu o fruto do seu amor proibido, procurou evitar fôsse vista por alguém, para, por ocasião do parto, livrar-se ‘do incômodo’ que

não teve a liberdade de viver”. De acordo com o *Diário*, havia sido instaurado um inquérito para apurar o delito cometido pela mãe. Tratava-se de Luiza Francisca Maria da Conceição, residente na cidade de Areia. A prisão da suposta “desalmada” só teria sido possível por meio de uma denúncia anônima, que delatara que esta “após estrangular seu próprio filho, fugiu da cidade, tomando destino até então ignorado da autoridade”<sup>4</sup>.

Ao ser interrogada pelas autoridades da cidade de Areia, Luiza Francisca lançou mão da condição de ser virgem para tentar livrar-se da acusação. Este detalhe revela como algumas delas, ao recorrerem a esse tipo de argumento, estrategicamente se colocavam em diversas lutas de poder, em campos de força para negociar em várias relações hierárquicas. Ou seja, observamos como, nesta sociedade na década de 1960, muitos dos valores culturais eram pautados pela idéia de que a virgindade implicaria numa realização sexual e afetiva.

Segundo o *Diário*, o suposto delator teria fornecido os dados necessários, alertando à autoridade “ser ela autora do bárbaro gesto, quando, então, foi capturada e recambiada para Areia”. O jornal ainda relatava que “para efeito de exame pericial, a autoridade policial teve que exumar o cadáver da infeliz criança”<sup>5</sup>. Enquanto isso, ela aguardava o pronunciamento da justiça reclusa à Cadeia Pública de Areia. Neste sentido, perguntamos: por que Luiza Francisca, segundo o articulista, mencionou que era virgem? para livrar-se da acusação de infanticídio? Ao realizar um estudo sobre a violência contra as mulheres, na cidade de Campina Grande, na segunda metade do século XX, a socióloga Ligia Pereira dos Santos (2008) afirma que os “bons costumes” da época eram prescritos de acordo com os preceitos morais familiares. Afirma que “uma jovem direita que sonhava com o casamento tinha que namorar dentro das regras, pois do contrário, seria considerada desonesta, sem preceitos morais e não apropriada para o casamento”. Nesta linha de pensamento, a virgindade, entendida como um elemento de honra era vista como um passaporte para o casamento, “único patrimônio”

<sup>4</sup> *Diário da Borborema*, 11 de janeiro de 1962, p.8.

<sup>5</sup> *Diário da Borborema*, 11 de janeiro de 1962, p.8.

que as mulheres possuíam por serem pobres.

Os discursos moralistas reforçavam a valorização da virgindade como sinônimo de honestidade e pureza de uma forma tal que ultrapassava o campo da fisiologia feminina, perpassando assim por um suposto caráter divino pautado pela imagem e semelhança da Virgem Maria. Essa imagem parecia contrapor-se e destoar das mulheres que mantinham relações sexuais fora do casamento, como nos exemplos das várias mulheres envolvidas em casos de infanticídio. Notemos como neste momento as autoridades públicas se organizavam e se mobilizavam no combate a certos comportamentos que viessem a “macular” “os valores eternos da vida”<sup>6</sup>.

Neste sentido, na tentativa de conter as mudanças que ocorriam, a exemplo dos discursos que defendiam maior liberdade sexual e mobilidade no âmbito profissional para as mulheres, a escritora e jornalista Heloneida Studart, num artigo escrito para *O Norte*, mostrava como ser mãe-solteira era “uma opção difícil”, chamando atenção para as mães que não eram “igualadas às demais (...), que deram à luz sob proteção legal”.<sup>7</sup> Por isso mesmo, advertia para que elas não “saíssem fingindo que os grupos avançados (...) ditam a moral da sociedade como um todo, principalmente a sociedade brasileira, onde ainda restam tantos remanescentes feudais”<sup>8</sup>.

O artigo data de 1976, momento em que as idéias do movimento feminista já tinham se expandido no Brasil, especialmente com o feminismo que defendia a diferença qualificadora, ou seja, as feministas propalavam serem melhores que os homens. Segundo Judith Butler, a afirmação dessa linguagem, capaz de representá-las no seio da política, pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres<sup>9</sup>.

Neste sentido, atrelado ao discurso do feminismo estava o discurso de maior

---

<sup>6</sup> *A União*, João Pessoa, 16 de fevereiro de 1960, p.5.

<sup>7</sup> *O Norte*, João Pessoa, 19 de julho de 1976, p.8.

<sup>8</sup> *O Norte*, João Pessoa, 19 de julho de 1976, p.8.

<sup>9</sup> Joan Scott e Butler problematizam a emergência do feminismo a partir de perspectivas diferentes. SCOTT, Joan, **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, 1991, SOS Corpo. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

liberdade sexual. Heloneida Studart, como boa militante feminista de seu tempo, chamava atenção para o cuidado que as mulheres deveriam ter para evitar filhos fora do casamento. Essa preocupação de Studart demonstra como os discursos sobre maior liberdade pareciam não ter surtido um efeito desejado pelas feministas a tal ponto de mudar a percepção delas sobre as mães solteiras. Tal condição, na visão da jornalista, implicava “em muitos sacrifícios num meio em que a mulher necessita de ter um *acompanhante* até para entrar em certos bares”<sup>10</sup>. Neste sentido, a presença masculina seria peça chave para viabilizar a mobilidade das mulheres no espaço público. E, mais que isto, a jornalista tratava de uma ação política a fim de controlar o nascimento de filhos que resultassem das relações tidas como “ilegítimas”.

Um artigo do jornal *O Norte*, de 1976, mostrava como a sexualidade ainda era um assunto pouco discutido entre os adolescentes e os adultos. Segundo o articulista, ao falar sobre a sexualidade ou sexo freqüentemente surgiam “as omissões, as censuras, as reticências, as inibições, etc, que transformam qualquer tipo de conhecimento ou estudo dessa natureza em algo enervante, doentio, quando não suscita a idéia de vergonhoso ou imoral”<sup>11</sup>.

Havia, então, uma relação entre o infanticídio e os discursos sobre a sexualidade feminina? Ao que tudo indica, sim. Isso devido ao medo e à vergonha de serem descobertas por terem praticado relação sexual; segundo as falas dos repórteres, elas buscavam manter a vida sexual em segredo exatamente em razão do medo de serem discriminadas pela família, vizinhos, conhecidos. O medo talvez fosse um dos principais sentimentos a influenciar diretamente na decisão de elas se livrarem dos filhos. Todavia, não se tratava somente de esconder a gravidez ou o recém-nascido, mas também o fato de não serem virgens, pois tal fato poderia comprometer suas vidas no que dizia respeito à possibilidade de um futuro casamento.

Os registros dos casos de infanticídios são indicativos de como o *Diário* acionava o discurso sobre a sexualidade feminina para justificar o fato de as mães

<sup>10</sup> *O Norte*, João Pessoa, 19 de julho de 1976, p.8.

<sup>11</sup> Ver *O Norte*, João Pessoa, 31 de dezembro de 1967, nº 620, p.1.

mataram os filhos. Em maio de 1974, a reportagem, procurando produzir uma imagem de perversidade, afirmava: “ocultar aos olhos da sociedade o pecado cometido num momento de incontrolável impulso sexual, é crime para o qual não merece perdão. A polícia, a quem cabe a tarefa de elucidar o crime em todos os seus detalhes, tem obrigação de investigar se existe alguma comparsa da mulher monstro envolvido nessa trama criminosa”<sup>12</sup>. O discurso jornalístico aponta a ausência da contenção do desejo sexual como sendo o fator desencadeador do ato de infanticídio. A fala aparecia articulada a um momento em que os discursos sobre a chamada liberdade sexual ou o “amor de sobra” fora recorrente nos discursos de médicos, feministas, repórteres, etc. A direção do prazer e da atividade sexual eram baseadas, nesta visão, “num pecado cometido”, o qual não merecia “perdão”. Neste sentido, “o incontrolável impulso sexual” da mãe era o requisito de “todos os pecados”, momento “mais importante do ato em si para a inquietação do desejo” (FOUCAULT, 2008, p. 25). Desejo que a mãe procurava “ocultar dos olhos da sociedade”, mas que culminando numa “trama criminosa”, representava-a pelo estigma de “mulher monstro”.

Além do suposto “impulso sexual” como elemento fundante para a prática infanticida, as fontes jornalísticas também indicavam que o controle da natalidade e planejamento familiar eram alguns dos fatores responsáveis pelo infanticídio e o aborto. Algumas mulheres, no entanto, teriam procurado esconder o fato de não serem mais virgens ou eximir-se da responsabilidade de criar os filhos ou apresentá-los para a sociedade. Isso porque a existência da criança fora dos laços matrimoniais parecia ter sido a autenticação de uma conduta imoral, desregrada e que destoava dos padrões sociais e culturais daquela sociedade. Talvez fora em razão disso que muitas delas conseguiam disfarçar a gravidez durante todo o período de gestação até o nascimento dos filhos, para, em seguida, eliminá-los.

Segundo o historiador Wagner Geminiano dos Santos (2008), as décadas de 60 e 70, sobretudo, na cidade de Campina Grande, foram marcadas por um período de

---

<sup>12</sup> Artigo de opinião jornalística “amor materno”. *Diário da Borborema*, 10 de maio de 1974, nº 3.582, p. 4.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

intenso fluxo populacional vindo do interior da Paraíba, o que fez sua população aumentar num ritmo consideravelmente avantajado, principalmente com relação a sua parcela mais pobre. De acordo com o autor, a cidade percebeu um enorme crescimento de favelas e cortiços em seu espaço urbano; e esta população empobrecida que chegava a Campina Grande, especialmente as mulheres, não tinha muitos meios de sobrevivência, senão o trabalho doméstico ou a prostituição. Ao que tudo indica, muitas delas acabavam se envolvendo com os chamados “amores proibidos”, ou seja, com homens casados, namorados, amantes e patrões; estes últimos passavam a se relacionar com suas empregadas ou mantinham relações fora de casa. Essas situações apareciam como uma prática recorrente nos discursos das reportagens jornalísticas ao tratarem sobre os episódios de abortos e infanticídios na cidade de Campina Grande.

O suposto problema da gravidez indesejada articulava-se às questões econômicas e também demográficas correntes nos discursos dos letrados nas décadas de 60 e 70. Mais que isso, tratava-se das relações de gênero, visto as mulheres sofrerem as conseqüências de prosseguir com a gestação e depois ter de optar pela interrupção forçada de uma gestação involuntária. De outra parte, gerar um filho de uma gravidez indesejada, para algumas das mulheres da Paraíba, tornava-se um estorvo, um fardo a mais nas suas vidas miseráveis, pois seria mais uma boca para alimentar, mais um corpo para vestir, mais uma vida para orientar e educar. Uma prole maior que a desejada poderia significar menores recursos materiais e culturais, especialmente quando se tratava das empregadas domésticas que recebiam um salário suado e “miserável” para manter uma família numerosa. As conseqüências de uma gravidez indesejada, como vimos, poderiam ser bem maiores. Além de terem suas vidas marcadas pelo estigma da “mãe-solteira”, o escândalo por terem se envolvido com homens casados poderia ser outra forma de tirar os nomes dessas mulheres da obscuridade e elevá-los à (in)fam(i)a, sobretudo quando se tratava de uma relação considerada ilícita em que o companheiro envolvido tivesse uma melhor condição financeira.

Com base naqueles discursos acerca das práticas infanticidas, pode-se notar como o modelo de maternidade permite uma descontinuidade de noções cristalizadas,

construídas em torno das mulheres, a exemplo da boa mãe, freqüentemente, associados a uma “natureza” feminina. Visto que no cotidiano ou nas desventuras de suas vidas, algumas delas metaforizavam outras imagens e outras narrativas no que tange ao conceito de maternidade ao se livrarem dos filhos.

O que nos possibilita problematizar o papel crucial que os jornais da época tiveram em função da reeducação dos comportamentos das mães. Bastante elucidativos são os estudos de Tânia de Luca, que analisa como a imprensa, enquanto instrumento de interesses e de intervenção na vida social, constrói jogos de poder para manipular a informação em favor daquilo que é conveniente dizer com vista a influenciar a opinião dos públicos. Segundo a autora, esse veículo de informação se tornou, na segunda metade do século XX, numa rica fonte de trabalho para a pesquisa do historiador, visto que os impressos se tornaram aquisições importantes para a escrita da História. Os impressos se tornaram estímulo e direcionamento para a construção de métodos, técnicas e mesmo para corroborar com fontes diversas por meio da pesquisa histórica (DE LUCA, 2005, pp. 111-118 e 153). Daí a importância que os jornais têm na remodelação dos comportamentos maternos, posto que ao divulgarem os episódios de aborto e infanticídio, os jornalistas narravam as tramas do cotidiano, demarcavam lugares sociais de cada personagem, falavam em nome das mulheres não convencionais no campo da maternidade, bem como dos vários sujeitos envolvidos na cena/representação do “crime”. Divulgavam as opiniões, os embates e combates, buscando mostrar aqueles que se posicionavam contra ou a favor de um dado assunto, como, por exemplo, os que defendiam ou não a aquisição da pílula anticoncepcional conforme vimos.

## **REFERÊNCIAS**

BASTOS, Alvaro da Cunha. **Ginecologia infanto-juvenil**. 3ª edição. São Paulo: Roca, 1998.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da indenidade.** Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas.** Organização Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FOUCAULT. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Michel. **A Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

SANTOS, Ligia Pereira dos. Contemplando a cidade e suas flores. In: **Mulher e violência: histórias do corpo negado.** Campina Grande: EDUEP, 2008.

SANTOS, Wagner, Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da Cultura.** 1965-2002. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2008.

SCOTT, Joan, **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, 1991.

VINHA, Vera Heloísa Pileggi. **Amamentação materna: incentivo e cuidados.** 2ª edição. São Paulo: SARVIER, 1986.